

# Progressões irregulares dos militares ainda por corrigir

**Defesa.** Aguiar-Branco garante que os efectivos não teriam de devolver verbas recebidas. Em causa mais de cinco mil militares e 26 milhões de euros, segundo a Inspeção-Geral de Finanças

MANUEL CARLOS FREIRE

As progressões dos militares que foram consideradas ilegais e irregulares pelas Finanças, numa inspeção realizada há vários meses, continuam por corrigir, soube ontem o DN.

"Espera-se que, a partir de Janeiro, a situação esteja regularizada", admitiu fonte oficial do Ministério da Defesa, adiantando que a resolução do caso ainda está a ser trabalhada com o Ministério das Finanças.

A solução do caso passa por fazer os militares regressarem para as posições remuneratórias em que deveriam ter sido colocados inicialmente, estando fora de causa a devolução das verbas entretanto recebidas pelos militares em causa, conforme garantiu o ministro José Pedro Aguiar-Branco em Agosto passado.

"No caso das promoções, não esperamos que haja muitos militares afectados. Agora, ao nível das progressões, prevê-se que sejam alguns milhares a perder dinheiro", afirmou ao DN o presidente da Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) — em rigor, a deixar de receber o que ainda estão a auferir a um mês da entrada em vigor do novo Orçamento do Estado.

Em causa, admitiu o coronel Manuel Cracel, estará um universo superior a 5000 efectivos dos três ramos das Forças Armadas, cuja promoção na carreira ou progressão salarial foi feita de forma irregular ou ilegal durante a integração dos militares na tabela salarial única da função pública.



Governo prevê regularizar remunerações militares "a partir de Janeiro"

## FORÇA AÉREA

### Foi extinto o posto de 'soldado-especialista'

» Já foi resolvido o caso dos 168 jovens da Força Aérea que mantiveram o posto de soldado depois de terminado o curso da especialidade, informou o porta-voz do ramo. A clarificação do caso, noticiado pelo DN no passado dia 11 de Novembro, passou por o ramo assumir que não estava em causa uma promoção — de soldado (na recruta) a 2.º-cabo — que está proibida pela lei do

Orçamento do Estado, mas sim da integração dos jovens no quadro de praças para o qual concorreram. Uma consequência da adaptação de procedimentos da Força Aérea é que os jovens — que se manterão no posto de 2.º-cabo enquanto durar a proibição das promoções — de uma mesma recruta terão antiguidades diferentes, consoante a data de fim dos respectivos cursos.

A Inspeção-Geral de Finanças (IGF) estimou em cerca de 26 milhões de euros o valor pago nesse processo de transição. Porém, diferentes fontes asseguraram ao DN que o montante global "é significativamente inferior" a esse total, embora sempre na casa dos milhões de euros.

Aguiar-Branco criou em Setembro um grupo de trabalho para regularizar essas situações, dando um prazo até 31 de Outubro — considerado muito curto, segundo uma fonte militar ouvida pelo DN — aos três ramos das Forças Armadas para reconstituírem os processos dos militares abrangidos.

## À MARGEM

### BUSCA E SALVAMENTO

» O ministro da Defesa visita hoje, no Montijo, os meios de busca e salvamento da Força Aérea, dias após o resgate de seis pescadores por um helicóptero EH101. O ramo empenha ainda nessa missão os "helis" Alouette III e os aviões P-3 Orion (vigilância marítima) e C-295 (transporte militar).

### AVIOCAR

» A visita do ministro José Pedro Aguiar-Branco ao Montijo destina-se a presidir à cerimónia que marca o fim da actividade dos C-212 Aviocar, aviões de transporte em serviço há mais de 50 anos e cuja substituição pelos C-295 foi feita nos últimos anos.

### NOVA EQUIPA TÉCNICA

» Os mecanismos do Dia da Defesa Nacional vão ser reequacionados por uma equipa técnica liderada pelo professor António Castro Henriques, para "optimizar os processos de recrutamento e divulgação" das Forças Armadas junto dos jovens.

### SAÚDE MILITAR

» O despacho de instalação do hospital único das Forças Armadas no Lumiar, em Lisboa, foi ontem publicado em Diário da República.

## Marinha

Algumas dezenas de militares da Armada, que foram promovidos este ano para vagas abertas em 2010, continuam com a sua situação indefinida.

Em causa está o facto de essas promoções terem sido aprovadas este ano, contrariando a lei, explicaram várias fontes ao DN. "Quisemos ser correctos e rigorosos, pois as vagas eram de 2010, pelo que pusemos as datas [deste ano] em que os processos foram concluídos", frisou uma fonte militar.

Mas alguns dos casos foram aceites, dadas as justificações para o atraso dos processos.